

## 56% dos municípios de MT fecharam o primeiro semestre no vermelho

Gilberto Leite



Mais de metade dos municípios mato-grossenses fechou o primeiro semestre com as contas no vermelho. É o que aponta um estudo realizado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que emitiu um alerta nacional para a crise fiscal vivida pelas prefeituras de

todo o país, pois a situação vivida em Mato Grosso se repete em nível nacional. Conforme o estudo, 60 dos 108 municípios mato-grossenses que enviaram dados para a CNM apresentaram déficit nas contas, o que representa 56% do total. Para efeito de comparação, apenas

7 municípios estavam nessa condição no mesmo período de 2022. A cada R\$ 100 arrecadados nos pequenos municípios, R\$ 92 foram destinados ao pagamento de pessoal e custeio da máquina pública

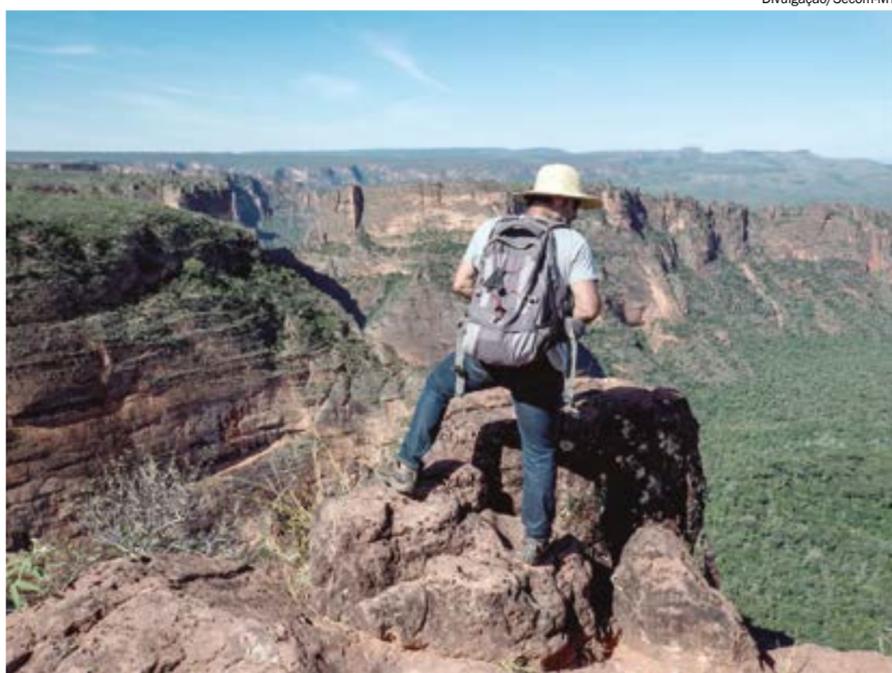
PÁG. 6

## Bancada manobra no Senado para estadualizar Parque de Chapada

Divulgação/Secom-MT

A bancada de Mato Grosso no Senado Federal se articula para forçar o governo federal a estadualizar o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. O governador Mauro Mendes (União) tenta, desde a gestão de Jair Bolsonaro (PL), convencer o governo federal a repassar a gestão do atrativo turístico para o Estado, mas tem encontrado dificuldades que se perpetuam no governo de Lula da Silva (PT). Para pressionar o governo, os senadores tentam acelerar a votação de um projeto de lei apresentado pela senadora Margareth Buzetti (PSD), que autoriza a cessão do parque ao governo do Estado

PÁG. 3



## TJ libera chapa de Neurilan Fraga

O presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Neurilan Fraga, conseguiu autorização na justiça para disputar a reeleição. O pedido foi atendido em parte pelo desembargador João Ferreira Filho. A eleição será

realizada no dia 2 de outubro, quando o presidente encara o prefeito de Primavera do Leste, Leonardo Bortolin (MDB). A chapa de Neurilan havia sido suspensa por não apresentar documentos necessários

PÁG. 3

## Deputados federais de MT já gastaram mais de R\$ 2 milhões

Os deputados federais de Mato Grosso já gastaram quase R\$ 2 milhões da Cota para Exercício da Atividade Parlamentar (CEAP) disponibilizada pela Câmara para custear despesas de mandato, como passagens aéreas, hospedagens, telefonia e alugueis de veículos. Fábio Garcia (União), Juarez

Costa (MDB) e Abílio Brunini (PL) são os três mais econômicos do estado. Os dados são referentes ao período entre janeiro e agosto deste ano e ainda podem sofrer alterações, já que os parlamentares têm até 90 dias para pedir o reembolso de eventuais despesas

PÁG. 4

## MT lidera geração de empregos

Gilberto Leite



Mato Grosso se destaca na região Centro-Oeste como líder na geração de empregos formais no mês de julho de 2023. De acordo com os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o estado registrou um saldo positivo de 6,2 mil empregos formais, resultado de 52,8 mil admissões e 46,6 mil rescisões no período. Mato Grosso responde por pouco mais de um terço do saldo de empregos com carteira assinada em toda a região Centro-Oeste

PÁG. 7

## Lúdio Cabral quer disputar a Prefeitura

O deputado estadual Lúdio Cabral (PT) anunciou na quinta-feira, 31 de agosto, sua pré-candidatura a prefeito de Cuiabá. Ele ainda disputará as prévias do partido contra a ex-deputada federal Rosa Neide, que também tem interesse em

se candidatar. A decisão do candidato do PT deve ser tomada até outubro, para atender à determinação do diretório nacional do partido. A última vez em que Lúdio foi candidato a prefeito em Cuiabá foi em 2012

PÁG. 5

## Comitê abre processo contra Abílio Brunini

PÁG. 5

## EDITORIAL

## Quem é contra o agro?

Historicamente, a pressão externa por mais sustentabilidade no agronegócio brasileiro tem sido vista mais como uma forma de sabotagem econômica do que uma oportunidade. De fato, não há como negar que outros países têm interesses comerciais contrários ao agronegócio brasileiro e tentam conduzir suas próprias pautas ao mesmo tempo em que exploram nossas fraquezas. Essa é, afinal, a máxima do mundo dos negócios. Entretanto, não pode o agro brasileiro continuar se comportando como se nosso único problema fosse

a comunicação, atacando os mensageiros em vez de atuar na base do problema.

Ora, é igualmente inegável há uma parcela de produtores que ignora as leis ambientais e destrói nossas maiores riquezas em troca de ninharias. São poucos, representando cerca de 2% dos imóveis rurais, que desmataram ilegalmente 2/3 do Cerrado e da Amazônia desde 2008. Entretanto, esse pequeno grupo é amparado por um aparato estatal arcaico, que ainda beneficia ou faz vista grossa ao enorme prejuízo que causam tanto à imagem

do Brasil quanto à do agronegócio nacional.

Pior que isso, acabam encontrando amparo também em alguns produtores que respeitam a legislação ambiental, mas se sentem insubstituíveis no cenário mundial. Bradam aos quatro ventos que não há outro país capaz de atender à enorme demanda mundial por alimentos, alheios ao fato de que os maiores parceiros comerciais do agronegócio brasileiro estão traçando suas estratégias para reduzir a dependência de nossos produtos. A China, por exemplo, tem feito investimentos vultosos na África e na logística para escoar a produção daquela região com muito mais celeridade e

segurança. Enquanto o Brasil prevê aumentar suas exportações de soja e milho em 32% até 2030, os chineses projetam a redução de 70% nas suas importações de milho no mesmo período. A quem venderemos?

O movimento de troca dos produtos brasileiros é lento, mas está em curso. É um processo demorado, afinal o Brasil tem anos de dianteira na questão tecnológica, mas essa disputa ganhou outro significado com a guerra na Ucrânia. A soberania alimentar se tornou uma questão essencial para vários países, principalmente na Europa, que há tempos tem criticado o Brasil pelas transgressões ambientais daquela pequena parcela de produtores. São esses transgres-

sos os verdadeiros inimigos do agronegócio, não a imprensa, como alguns representantes do setor parecem pensar.

A questão climática e ambiental é uma preocupação mundial e pode ser uma oportunidade ímpar para os agricultores brasileiros exportarem produtos com maior valor agregado, ao mesmo tempo em que ampliam seu potencial de mercado. Entretanto, isso requer uma mudança fundamental no ponto de vista. Para nossa sorte, temos grupos que estão antenados a essa oportunidade e se movem para capturá-la, aproveitando o significativo desenvolvimento tecnológico que temos para criar um novo patamar do agronegócio.

## Travestis e mercado de trabalho

Nelly Winter (\*)

A discriminação contra a comunidade LGBTQIAPN+ é um problema muito presente na sociedade, e infelizmente, as travestis são frequentemente vítimas de preconceito e exclusão no mercado de trabalho. Isso ocorre porque ainda há muitas pessoas que enxergam a identidade de gênero como algo binário, ou seja, acreditam que existem apenas dois gêneros e que todos devem se enquadrar em um deles. Essa visão limitada acaba por afetar diretamente a inserção das travestis no mercado de trabalho, pois muitas vezes elas são rejeitadas pelas empresas simplesmente por não se encaixarem em padrões preestabelecidos.

Esse preconceito é ainda mais grave quando consideramos que a travesti, em muitos casos, é forçada a se prostituir como única forma de sustento. Isso ocorre porque muitas empresas não oferecem oportunidades de emprego para essas profissionais, que acabam sendo marginalizadas e excluídas da sociedade.

Para mudar essa realidade é preciso que a sociedade como um todo se conscientize da importância de se combater a discriminação de gênero e sexualidade. As empresas,

por sua vez, podem contribuir para essa mudança, oferecendo oportunidades de emprego para as travestis e outras pessoas que historicamente têm sido excluídas do mercado de trabalho.

Uma das formas de fazer isso é através de políticas de inclusão, que buscam identificar e combater a discriminação no ambiente de trabalho. Essas políticas podem incluir a implementação de programas de treinamento para os funcionários, que os sensibilizem para as questões de gênero e diversidade sexual, bem como a criação de cotas para a contratação de pessoas de minorias, como as travestis.

Além disso, é importante que as empresas criem um ambiente de trabalho seguro e acolhedor para essas profissionais, oferecendo suporte emocional e profissional para ajudá-las a se desenvolver e crescer em suas carreiras.

Outra forma de ajudar as travestis a ingressarem no mercado de trabalho é através da capacitação profissional. Isso pode ser feito através de cursos e treinamentos específicos, que as ajudem a desenvolver habilidades e competências necessárias para atuar em diferentes áreas profissionais. Essa capacitação pode

ser oferecida tanto por empresas quanto por organizações não governamentais e governamentais.

Por fim, é importante destacar a importância de se valorizar as travestis como profissionais, reconhecendo suas competências e habilidades, e não apenas sua identidade de gênero. Essa valorização deve ser feita através de políticas de remuneração justa e oportunidades de crescimento profissional, para que as travestis possam ter uma vida plena e digna.

Em resumo, a inserção das travestis no mercado de trabalho é uma questão urgente que precisa ser abordada de forma séria e responsável. É preciso que a sociedade como um todo se conscientize da importância da diversidade e da inclusão, para que as travestis e outras pessoas marginalizadas possam ter uma vida digna e plena. As empresas, por sua vez, podem contribuir para essa mudança, oferecendo oportunidades de emprego, políticas de inclusão e valorização das profissionais de diferentes identidades de gênero.

É fundamental que a luta pela inclusão das travestis no mercado de trabalho seja encarada como um compromisso coletivo. É necessário que empresas, organizações

e governos trabalhem juntos para criar um ambiente mais inclusivo e justo para essas profissionais. Somente assim poderemos transformar essa realidade e garantir que todas as pessoas tenham acesso a oportunidades de trabalho e possam exercer seus direitos como cidadãs.

Portanto, cabe a todos nós, enquanto membros da sociedade, lutar por uma mudança real e efetiva, combatendo o preconceito e a discriminação de gênero e promovendo a inclusão das travestis e outras pessoas marginalizadas. Somente assim poderemos construir uma sociedade mais justa e igualitária, em que todas as pessoas possam viver plenamente suas vidas, sem medo de sofrer preconceito ou exclusão.

\*NELLY WINTER é cuiabana de tchapa e cruz, artista, escritora, turismóloga, publicitária, poetisa, palestrante, mestre de cerimônias e cerimonialista, questionadora de tabus, voluntária em ONGs, apaixonada por pessoas, fascinada por divs do pop, amante de livros e DRAG QUEEN



## Significado: mês a mês

Rosana Leite (\*)

O mês de agosto, marcado pela campanha Agosto Lilás, trouxe reflexões importantes através dos muitos eventos. Todas as instituições e poderes costumam participar dos muitos colóquios a fomentar tão importante questão: o enfrentamento à violência contra as mulheres.

A Lei nº 14.448/2022 instituiu a campanha nacional do Agosto Lilás. A norma tem a finalidade precípua de promover, durante o período, a conscientização da sociedade sobre a necessidade de enfrentar das múltiplas formas, a violência contra as mulheres.

Assim, as conversas giram em torno dos direitos humanos das mulheres, sendo lindo de se ver! Seminários, palestras em escolas, audiências públicas, rodas de conversa, passeatas, reuniões pedindo paz para mulheres em parque, enfim, uma infinidade de ações estão a marcar o mês.

O lamentável: mesmo em momento de tamanho destaque de divulgação das normas que fazem parte do arcabouço dos direitos humanos das mulheres não tem sido suficiente para frear os delitos.

Ameaças, lesões corporais, feminicídios consumados e tentados foram alguns dos crimes contra as mulheres noticiados na imprensa nacional e Mato-grossense. Sim, o agosto foi lilás, mas elas não tiveram descanso em nenhum momento.

Agora, em questão de dias: setembro. É recheado de datas pujantes para se comemorar a chegada primavera. O dia 06 é o Dia Internacional de Ação pela Igualdade da Mulher. A data se originou nos Estados Unidos, com a aprovação da 19ª Emenda à Constituição Americana, que concedeu direito de voto a elas.

Seguidamente, dia 09, se comemora o Dia da Gestante. A data é alusiva ao nono mês de gestação da gravidez, justamente no dia 09.

Em 10 de setembro o mundo se move para dar visibilidade ao Dia Internacional de Enfrentamento ao Suicídio. As variadas doenças do século XXI estão a acometer a sociedade, em grande parte as mulheres: a ansiedade e a depressão. O Dia Latino-Americano da Imagem da Mulher nos Meios de Comunicação é em 14 de setembro.

A data surgiu através de jornalistas argentinas que se insurgiram pela interrupção de um programa que agia em prol dos direitos das mulheres.

Dia 15 foi adotado na IV Conferência Mundial das Nações Unidas, 1995, a Declaração de Pequim. A finalidade maior foi para que os governos adotassem práticas a garantir a perspectiva de igualdade entre mulheres e homens, com reflexo em políticas e programas.

O dia 21 é conhecido como o Dia Nacional de Luta dos Portadores de Deficiência, conforme a Lei 11.133/2005, com destaque para as mulheres. No dia 23 é o Dia

Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças.

O Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto na América Latina e no Caribe é o 28 do citado mês. É, sem dúvida, a oportunidade de refletir a humanização do atendimento a mulheres nos serviços de atenção à saúde, com a diminuição da mortalidade materna. Ao final, dia 29, é a data de aprovação da Lei nº 9.100/1995, para se aumentar a quantidade de mulheres na política.

Que ressurgja, imediatamente e com o novel mês, o "Esperança". Margareth Atwood sintetiza: "Os homens temem que as mulheres riem deles. As mulheres temem que os homens a matem".

ROSANA LEITE ANTUNES DE BARROS é defensora pública estadual.



## Sífilis pós-pandemia

Natasha Silhessarenko (\*)

Os casos de sífilis estavam em ascensão até 2018, no ano seguinte houve estabilização dos casos e foi registrada queda em 2020. No entanto, nos últimos anos, os casos de sífilis tiveram aumento no Brasil em todas as faixas etárias e sexos no período pós-pandemia.

Em 2021, foram registrados no Brasil mais de 167 mil novos casos de sífilis adquirida e 74 mil casos em gestantes. No mesmo ano, foram diagnosticadas 27 mil ocorrências de sífilis congênita e 192 óbitos por esse tipo de sífilis. Esses dados representam uma taxa de 78,5 casos a cada cem mil habitantes, na

sífilis adquirida, e 27,1 casos a cada 1.000 nascidos vivos, na sífilis em gestantes. No ano anterior, a taxa de sífilis adquirida havia sido de 59,1 casos para cada cem mil habitantes, e a taxa de sífilis em gestantes, 24,1 a cada 1.000 nascidos vivos.

Até junho de 2022, já haviam sido registrados 79,5 mil casos de sífilis adquirida, 31 mil registros de sífilis em gestantes e 12 mil ocorrências de sífilis congênita no país, totalizando mais de 122 mil novos casos da doença.

Esses dados são do boletim epidemiológico do Ministério da Saúde, que compilou as notificações de sífilis no Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) até 30 de junho de 2022.

**Sobre a sífilis** - A sífilis é uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST) curável e exclusiva do ser humano, causada por uma bactéria chamada *Treponema pallidum*.

A sífilis pode ser adquirida, quando é transmitida de uma pessoa para outra durante o sexo vaginal, anal ou oral sem o uso de preservativo e outro tipo de sífilis é a congênita quando a gestante transmite a doença para o bebê durante a gravidez ou no parto.

A sífilis congênita pode se manifestar logo após o nascimento (sífilis precoce) ou depois de dois anos de vida da criança (sífilis tardia). Durante a gestação, a sífilis pode provocar aborto espontâneo ou parto prematuro. Também pode gerar consequências graves ao bebê, como hepatomegalia (fígado inchado), lesões de pele, icterícia (amarelo na pele), coriza acinzentada e rica em bactérias, anormalidades esqueléticas e neurológicas, miocardite, pneumonia e acometimento renal, que pode levar até à morte.

A sífilis adquirida pode apresentar diversas manifestações clínicas conforme estágio e são classificadas em sífilis primária, sífilis secundária, sífilis latente e sífilis terciária.

O estágio primário caracteriza-se pela lesão característica e indolor (candro duro), localizada na região onde houve a entrada da bactéria. Mesmo sem tratamento, esta lesão desaparece sem deixar cicatriz e pode evoluir para sífilis secundária. Na fase secundária, o paciente apresenta múltiplos sinais e sintomas, sendo clássico as pintas no corpo, acometendo as palmas das mãos e plantas dos pés, além de febre, mal-estar, queda de cabelos, enfartamento ganglionar (inguas) e dor de cabeça.

Na fase primária e secundária, a possibilidade de transmissão é maior, pois a

quantidade de bactérias é muito grande. Na sífilis latente, o paciente não sente nada, só descobre se fizer exame de laboratório. Na terciária pode haver acometimento neurológico e cardíaco.

**Como modificar o panorama atual?**

Os índices de sífilis em gestantes e sífilis congênita poderiam ser reduzidos com medidas como o tratamento materno adequado durante a gestação, que é feito com penicilina, o mais antigo e um dos mais baratos antibióticos. Investigar e tratar o parceiro, acompanhar adequadamente a gestante durante pré-natal, realizar testes de sífilis em tempo útil, identificar precocemente a soroconversão durante a gravidez e a repetir os testes de sífilis no terceiro trimestre da gestação são outras medidas que ajudariam na contenção desta doença.

Além do reforço no pré-natal, o acesso da população geral a consultas, exames e tratamento em tempo hábil é uma estratégia que deve ser meta de todo governo municipal.

A infecção por sífilis pode colocar em risco não apenas a saúde do adulto, como também pode ser transmitida para o bebê durante a gestação ou parto.

O acompanhamento adequado das gestantes e parcerias sexuais durante o pré-natal, bem como dos casos de sífilis na população geral, é medida crucial para o controle desta doença milenar.

\*NATASHA SILHESSARENKO é pediatra e patologista, representa Mato Grosso no CFM, é docente da UFMT, fundadora da Clínica Vida Diagnóstico e Saúde e é Diretora Médica de Análises Clínicas do Laboratório Alta (desde 2018)



Jornal

**IMPRESSO MT**

FUNDADO EM 2020  
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:  
DIRETOR GERAL:  
GEANDRÉ FRANK LATORRACA

EDITOR CHEFE:  
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:  
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:  
Email: [impressomt@gmail.com](mailto:impressomt@gmail.com) - Site: [www.oimpressomt.com.br](http://www.oimpressomt.com.br)

Rua Capitão Iporã, 101 - ANEXO A - Bairro: Pico do Amor - CEP: 78065090 - Cuiabá - MT  
Telefone: 65 99696-6688

**DISPUTA PELA AMM**

Desembargador sustenta que a chapa do atual presidente da AMM não desrespeitou nenhuma medida prevista no regimento interno da entidade

**TJ libera candidatura de Neurilan**

Gilberto Leite

Desembargador atende pedido da defesa de Neurilan e libera chapa para disputa pela presidência da AMM

**Da redação**

O presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Neurilan Fraga, conseguiu autorização na justiça para disputar

a reeleição ao cargo. O pedido foi atendido em parte pelo desembargador João Ferreira Filho, do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT). A eleição será realizada no próximo dia 2 de outu-

bro, quando o presidente encara o prefeito de Primavera do Leste, Leonardo Bortolin (MDB).

A chapa de Neurilan foi suspensa por não apresentar documentos necessários confor-

me edital da disputa. Ao ingressar com recurso, a defesa alegou que todas as exigências foram cumpridas e que a Vara Cível era incompetente para julgar o processo, já que se trata de uma entidade pública. Segundo a defesa, o caso deveria ser analisado pela Vara Especializada de Fazenda Pública.

Ele ainda rebateu a declaração de seu adversário, Leonardo Bortolin, ressaltando que apresentou a Certidão Negativa Criminal e que o fato de não constar uma ação que responde pela suposta prática de crime ambiental não é sua culpa, mas do setor responsável pela emissão do documento.

O magistrado, ao analisar o caso, descreveu que a chapa de Neurilan não desrespeitou nenhuma medida prevista no regimento interno. Ele destaca que o regimen-

to não exige indicação específica dos que compõem ou abonaram a chapa, além de observar que o atual presidente apresentou os documentos necessários e ressaltou que o registro da candidatura não depende da inexistência de processos cíveis ou criminais.

"De todo modo, cabe enfatizar o antes gritado: a própria decisão agravada destaca a natureza mínima da suposta inobservância da norma, esta que, 'data venia', caso ao final da lide seja efetivamente constatada, não parece suficiente para suspender integralmente a eficácia do ato administrativo objeto da pretensão anulatória, sendo razoável e até mesmo recomendável possibilitar o prosseguimento do processo eleitoral com as duas únicas chapas inscritas, ainda que a questão remanesça 'sub

judice'", diz trecho da decisão.

**ENTENDA** - O juiz Yale Sabo Mendes, da 7ª Vara Cível de Cuiabá, determinou na última quinta-feira, 24 de agosto, a suspensão do registro da chapa do atual presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios (AMM), Neurilan Fraga, que busca mais uma reeleição para o comando da entidade. Na decisão, o magistrado aponta que Neurilan teria cometido uma série de irregularidades no registro da chapa, que foram cancelados pela comissão eleitoral da AMM.

A liminar foi pleiteada pelo prefeito de Primavera do Leste, Leonardo Bortolin (MDB), que disputa contra Neurilan pelo comando da entidade. Na ação, Bortolin aponta que Neurilan não teria cumprido uma série de formalidades no registro da chapa.

**PARQUE DE CHAPADA****Mato Grosso manobra para estadualizar parque**

Gilberto Leite

Para agilizar tramitação, Mauro Carvalho pediu para relatar projeto de lei que pode estadualizar Parque de Chapada

**Da redação**

A bancada de Mato Grosso no Senado Federal se articula para forçar o governo federal a estadualizar o Parque Nacional de Chapada dos Guimarães. O governador Mauro Mendes (União) tenta, desde a gestão de Jair Bolsonaro (PL), convencer o governo federal a repassar a gestão do atrativo turístico para o Estado, mas tem encontrado dificuldades que se perpetuam no governo de Lula da Silva (PT).

Para pressionar o governo, os senadores tentam acelerar a votação de um projeto de lei apresentado pela senadora Margareth Buzetti (PSD), que autoriza a cessão do parque ao governo do Estado. A proposta prevê que o Estado deverá investir R\$ 200 milhões em melhorias no parque em três anos.

Com o objetivo de acelerar a tramitação, o senador Mauro Carvalho (União) pediu para ser relator do processo na Comissão de Meio Ambiente do Senado. Porém, Margareth retirou o projeto de tramitação para que pudesse fazer mudanças no texto.

No texto original, ela relembra todo o imbróglio relacionado ao tema, incluindo a tramitação do processo no Tribunal de Contas da União (TCU), que anulou o processo de concessão do parque para a iniciativa privada.

A senadora ainda destaca que a empresa que venceu o leilão, que foi cancelado, investiria apenas R\$ 18 milhões em três anos, diferente do que foi proposto pelo governador Mauro Mendes, que quer investir R\$ 200 milhões no mesmo prazo.

"Outro ponto relevante é a capacidade de investimento do ente público estadual, que obtém superávit em seu caixa e bom relacionamento com investidores. Caso seja consolidada essa concessão, o prejuízo econômico, social e turístico será nefasto e irreparável para o Estado de Mato Grosso. Mostra-se notório o fato de que a manutenção do turismo na região de Chapada dos Guimarães/MT, bem como a preservação do Parque Nacional, é do interesse do Estado de Mato Grosso, sobretudo para atrair mais investimentos dos setores voltados ao atendimento turístico no citado município", diz trecho do documento.

Em agosto, o governo federal lançou um novo edital para a concessão do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães,

corrigindo os erros que foram apontados pelo TCU no edital anterior. O documento prevê que a entrega dos envelopes ocorrerá no dia 12 de dezembro e o leilão está marcado para o dia 20 de dezembro, na sede da B3, em São Paulo.

**CANSAÇO** - Após três anos de tentativas, o governador começou a subir o tom ao criticar o Governo Federal por não repassar a competência administrativa do Parque Nacional de Chapada dos Guimarães para o Governo de Mato Grosso. Ele destacou que o PT, se realmente defende a classe trabalhadora, não deveria permitir a cobrança de R\$ 100 pelo acesso ao ponto turístico. Em sua avaliação, o governo federal está insistindo no erro e, por isso, Mauro diz que está perdendo a paciência.

**DENÚNCIA DE RACHADINHA****Câmara recorre para retomar processo contra Edna****Da redação**

A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara de Cuiabá ingressou com recurso para reverter a decisão judicial que suspendeu o processo contra a vereadora Edna Sampaio (PT). A justiça acolheu um pedido de liminar da parlamentar, que alegou erros formais na condução do processo. Edna é acusada de se apropriar indevidamente da verba indenizatória de sua ex-chefe de gabinete, Laura Abreu, e teve a cassação de seu mandato recomendada no parecer do relator, vereador Kássio Coelho (Patriota).

O presidente da comissão, vereador Rodrigo Arruda e Sá (Cidadania) disse que todos os membros receberam notificação judicial na última semana e de imediato apresentaram um recurso com objetivo de derrubar a

suspensão. Ele destacou que foram rebatidos todos os argumentos utilizados pela defesa da vereadora sobre possíveis irregularidades cometidas pela Comissão como o tempo para apresentação de defesa e sessões fechadas.

"Nós já fomos notificados, os três membros da comissão, eu, o vereador Wilson Kero Kero e o relator Kássio Coelho, já recorremos também. Na semana passada nós já entramos com recurso na Segunda Vara da Fazenda Pública e estamos esperando o deferimento do pedido. Na verdade, foi um equívoco, nós já justificamos isso, ao doutor Agamenon [relator do processo na Justiça], ele já entendeu, é fato do Regimento Interno, nós cumprimos, somos cumpridores do Regimento Interno e da Casa, e estamos aguardando agora o deferimento desse pedido",

comentou em entrevista à imprensa na terça-feira, 29 de agosto.

Na última semana, a vereadora Edna Sampaio realizou uma coletiva de imprensa para explicar a liminar que havia conseguido na justiça. A petista se defendeu da denúncia de rachadinha e do entendimento de seus colegas de comissão. Edna alegou que homens tentam "golpear" e "provocar a morte" da primeira vereadora negra da capital. Ela frisou que estão tentando colocá-la como criminosa.

**DENÚNCIA** - O requerimento que abriu o processo ético contra Edna foi apresentado pelo vereador Luís Cláudio (PP). Nele, o parlamentar cita a denúncia que foi apresentada pelo site RD News, de que a vereadora teria se apropriado ilegalmente da verba indenizatória recebida pela sua ex-chefe de gabinete, Laura

Abreu, que foi demitida do gabinete quando estava grávida.

A vereadora se defendeu das acusações dizendo que está sendo vítima de violência política e de gênero por pessoas que tentam desgastá-la emocionalmente com acusações que não têm fundamento. Edna explicou que seu mandato é coletivo e tem participação de co-vereadores, que são informados a cada trimestre sobre como estão sendo gastos os recursos de verbas indenizatórias, tanto as suas como as da chefia de gabinete. A modalidade de mandato coletivo não é reconhecida na legislação brasileira.

Edna e sua defesa ainda reforçam que a portaria que trata sobre a verba indenizatória dos chefes de gabinetes não é clara sobre a proibição de transferência dos valores recebidos pelas servidoras para

outra conta corrente. Segundo a vereadora, os valores das verbas indenizatórias eram transferidos para uma con-

ta sua com objetivo de garantir maior controle dos gastos, versão que é contestada pelos seus colegas de Parlamento.



Gilberto Leite

Presidente da Comissão de Ética disse ter rebatido todos os argumentos usados pela defesa da vereadora

## COTA PARLAMENTAR

Entre os membros da bancada federal de Mato Grosso, Fábio Garcia, Juarez Costa e Abílio Brunini aparecem como os três mais econômicos

## Deputados gastaram quase R\$ 2 mi

Gabriel Soares

Os deputados federais de Mato Grosso já gastaram quase R\$ 2 milhões da Cota para Exercício da Atividade Parlamentar (CEAP) disponibilizada pela Câmara para custear despesas de mandato, como passagens aéreas, hospedagens, telefonia e alugueis de veículos. Fábio Garcia (União), Juarez Costa (MDB) e Abílio Brunini (PL) são os três mais econômicos do estado.

Os dados são referentes ao período entre janeiro e agosto deste ano e ainda podem sofrer alterações, já que os parlamentares têm até 90 dias para pedir o reembolso de eventuais despesas.

**PRINCIPAIS DESPESAS** - Ações de divulgação das atividades parlamentares constituem a maior despesa dos parlamentares de Mato Grosso. Ao todo, eles gastaram mais de R\$ 560 mil para prestar contas aos seus eleitores de suas ações na Câmara Federal.

O campeão de gastos nesse quesito é o Coro-

nel Assis, que gastou R\$ 138,9 mil. Em segundo lugar está o Emanuelzinho, com R\$ 101,4 mil gastos nesta rubrica. Já o que menos gastou nesse quesito é Abílio Brunini, com apenas R\$ 22,8 mil.

A segunda maior despesa dos parlamentares mato-grossenses é com passagens aéreas. Em apenas 8 meses, eles gastaram um total de R\$ 411 mil com passagens aéreas. Emanuelzinho é o campeão de gastos nessa modalidade, com um total de R\$ 68,7 mil gastos em tickets aéreos. Ele está praticamente empatado com José Medeiros, que gastou R\$ 68,4 mil. Já o mais econômico nesse quesito é o deputado Juarez Costa, com um gasto total de R\$ 32,6 mil.

**VEÍCULOS** - Aluguel de veículos também constitui uma grande despesa dos parlamentares mato-grossenses, com um gasto de R\$ 367,7 mil em apenas 8 meses, o suficiente para comprar três carros zero de padrão intermediário.

José Medeiros é o campeão de gastos nessa modalidade, tendo

aplicado um total de R\$ 74,7 mil. Em segundo lugar está Coronel Assis, cujas despesas nessa rubrica somam R\$ 70,8 mil. Já o mais econômico neste aspecto é Fábio Garcia, que gastou R\$ 15,8 mil, quase o mesmo valor pago pela Coronel Fernanda, que soma R\$ 19,8 mil.

E como os veículos alugados também precisam de combustível, é claro que essa despesa não iria deixar de constar na prestação de contas. Os parlamentares mato-grossenses gastaram um total de R\$ 185,8 mil com abastecimentos, o suficiente para comprar mais de 32 mil litros de gasolina, considerando os preços atuais.

A campeã de gastos nesse quesito é a deputada Coronel Fernanda, que gastou R\$ 36,1 mil em combustíveis. Em segundo lugar está seu correligionário Abílio Brunini, com um total de R\$ 33,6 mil. Já o mais econômico é Juarez Costa, com R\$ 10,9 mil.

**ESCRITÓRIOS** - Por fim, outra grande despesa que os parlamentares mato-grossenses têm é a



Garcia, Juarez e Abílio são os três deputados federais mais econômicos, segundo dados da Câmara

manutenção de escritórios. Ao todo, eles gastaram um total de R\$ 242,7 mil para isso. O maior gasto nesse quesito é da Amália Barros, que despendeu um total de R\$ 63,3 mil para custear seu escritório. Em segundo lugar está Coronel Fernanda, com R\$ 55,9 mil. Já o mais econômico é o Coronel Assis, que gastou apenas R\$ 1,9 mil.

## CONFIRA O RANKING:

Fábio Garcia (União)	R\$128.878,87
Juarez Costa (MDB)	R\$194.613,74
Abílio Brunini (PL)	R\$208.676,76
Amália Barros (PL)	R\$235.762,80
Emanuelzinho (MDB)	R\$242.023,16
José Medeiros (PL)	R\$275.652,35
Coronel Assis (União)	R\$276.028,50
Coronel Fernanda (PL)	R\$280.326,31

## "QUEREM APARECER"

## Mauro considera desnecessária abertura de CPIs



Mauro garante que não orientou os deputados da base a não assinarem os pedidos de abertura de CPI

Da redação

O governador Mauro Mendes (União) considerou como "totalmente desnecessário" as tratativas dos deputados estaduais para aberturas de Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs) para investigar as áreas da Saúde e Meio Ambiente. Em sua avaliação, essa articulação é mais um movimento político e sugeriu aos parlamentares que trabalhem para melhoria das políticas públicas do Estado e não se "desgastem" com construção de factoides.

"Os órgãos de fiscalização do governo atuam com independência, com isonomia, não tem nenhum indício que possa justificar algo dessa natureza. Mas eles têm a independência deles,

eu não posso mandar na Assembleia, não mando. Agora, eles têm que ter consciência que esse ambiente é ruim, é um ambiente de desgaste para nós, pode se transformar num desgaste para eles, parece que eles estão querendo retornar a um tempo passado aí que os poderes vivem se degladiando", disse em entrevista à imprensa na quarta-feira, 30 de agosto.

"Eles têm que ter consciência que têm que trabalhar para o cidadão e não trabalhar para ficar se aparecendo ou até mesmo construindo factoides políticos", acrescentou.

Mauro comentou que não fez nenhuma orientação aos deputados da base a não assinarem os pedidos de abertura de CPI. Ele destacou que qualquer coisa errada

que esteja acontecendo do governo, pode denunciar que vai mandar investigar, seja quem for.

"Tenho a consciência muito tranquila que nunca pedi, nunca mandei ninguém fazer absolutamente nada de errado, não tenho compromisso com nenhum erro. Agora, nós temos 70 mil servidores trabalhando no Estado, é possível que alguém faça alguma coisa errada, se tiver alguma coisa errada dentro do governo, toda coisinha errada que é achar abrir uma CPI, é provável que a gente tenha 10, 20 CPIs, têm umas 10, 20, 30 CPIs dentro da Assembleia e outros lugares também", ironizou.

Os deputados articulam a instauração da comissão na área da Saúde para apurar os fatos que

estão sendo investigados no âmbito da operação Espelho. A ação teve início após a Delegacia Especializada de Combate à Corrupção (Deccor) receber uma denúncia de que a empresa contratada para fornecer médicos plantonistas para o Hospital Metropolitano, em Várzea Grande, estaria disponibilizando número de médicos menor do que o contratado. A investigação constatou que essa empresa fazia parte de um cartel dedicado a fraudar licitações e contratos em todo o estado.

Em relação ao Meio Ambiente, os parlamentares querem apurar as licenças emitidas pela pasta, principalmente em relação ao Cadastro Ambiental Rural (CAR) e de estudos de impacto ambiental.

## CAIXA NO VERMELHO

## Cuiabá 'empurra' obra de trincheira pro governo

Da redação

Sem dinheiro no caixa, a Prefeitura de Cuiabá vai repassar para o governo o projeto de implantação de uma trincheira na rotatória em frente ao Círculo Militar, na Avenida Miguel Sutil. O elevado era uma das propostas desenhadas pelo Executivo municipal para desafogar o trânsito na região, no entanto, segundo o vice-prefeito, José Roberto Stopa (PV), a questão financeira pesou na decisão.

Em conversa com jornalistas, Stopa comentou que a equipe do governo já deu um sinal de que tem interesse em tocar a obra na capital. Para isso, os técnicos da prefeitura estão finalizando o projeto básico

para que o Estado possa dar início ao empreendimento.

"Nós estamos disponibilizando o projeto para que o Estado licite e realize a obra. Estamos passando. Houve uma sinalização positiva. O Estado tem interesse em fazer a obra e nós estamos terminando de fazer as últimas correções do projeto para que a gente disponibilize ao Estado. Ali [a trincheira] vai ficar em torno de R\$ 70, R\$ 80 milhões. Então é uma questão financeira, nós vamos repassar o Estado", destacou.

A trincheira fazia parte do pacote do Município para destravar o trânsito na Avenida Miguel Sutil. Era projetado na mesma região a construção de dois

viadutos, sendo um na rotatória de acesso ao Centro de Eventos do Pantanal e outro ligando as avenidas Lava Pés e Antártica, que também não têm previsão de saírem do papel. A intenção era melhorar o fluxo na região no horário de pico, principalmente nas rotatórias que dão acesso aos bairros Jardim Cuiabá, Duque de Caxias, Goiabeiras e Santa Rosa.

O prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) chegou a autorizar o início do processo licitatório para contratação da empresa para construir o elevado em 2021, mas a tramitação do projeto não foi pra frente. Na época, Emanuel projetava tocar a obra com recursos da Fonte 100 e ajuda do Governo Federal.



Stopa admite que questão financeira pesou e garante que governo tem interesse em tocar a obra na capital

## TRETAS NA CPI

Representação contra Abílio Brunini foi proposta pelo PSol, que acusa o bolsonarista de transfobia contra a deputada Erika Hilton

## Comitê abre processo contra Abílio

Gabriel Soares

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados decidiu na quarta-feira, 30 de agosto, instaurar processo para apurar suposta quebra de decoro parlamentar por parte do deputado federal Abílio Brunini (PL) e mais seis parlamentares. Pré-candidato a prefeito de Cuiabá, Abílio será investigado por uma suposta fala transfóbica contra a deputada Erika Hilton (PSOL-SP), durante a CPI dos Atos Golpistas. Ele nega as acusações.

Na mesma sessão, o Conselho também decidiu, por 13 votos a zero, arquivar uma representação do PT contra o deputado José Medeiros (PL). Ele era acusado de intimidar a deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR) e de xingar e agredir o deputado Miguel

Ângelo (PT-MG) quando este foi defender a parlamentar paranaense.

A representação contra Abílio foi proposta pelo PSol, que acusa o bolsonarista de transfobia contra a deputada Erika Hilton. A situação ocorreu no dia 11 de julho, durante um pronunciamento de Erika na CPMI dos Atos Golpistas. Criticando as polêmicas criadas por Abílio, Erika disse que ele precisava "tratar sua carência em outro espaço", porque o Congresso é um espaço "sério". Pouco depois, ela foi interrompida pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE), que denunciou a suposta fala "homofóbica".

"O seu Abílio foi homofóbico. Fez uma fala homofóbica, quando a companheira estava se manifestando, ele acusou e disse que ela estava oferecendo servi-

ços. Isso é homofobia, é um desrespeito. Peço a vossa excelência que o senhor peça para o deputado se retirar do plenário", disse.

Porém, laudo elaborado pela Polícia do Senado não identificou as supostas falas transfóbicas. O documento destaca que a qualidade do áudio foi um dos fatores que comprometeram as análises relacionadas à voz e à fala do parlamentar.

Abílio negou ter feito qualquer comentário transfóbico. Ele disse que, inicialmente, não deu atenção às falas que ocorreram durante a confusão, alegando que levou a situação com humor. Logo após, ele acusou os deputados e senadores de esquerda de editar vídeos para compartilhar no Twitter sem nenhuma palavra proferida por ele que



Abílio nega que tenha feito comentários transfóbicos e cita laudo pericial que atesta sua defesa

comprovasse que teria sido transfóbico.

"Nos vídeos, em todos que estão no Twitter

e nos sites de notícias, não tem uma palavra minha de homofobia, não tem nenhuma pa-

lavra minha de ataque a Erika, não tem nenhuma palavra de ataque a ninguém", ressaltou.

## DISPUTA EM CUIABÁ

## Lúdio Cabral anuncia pré-candidatura a prefeito

Da redação

O deputado estadual Lúdio Cabral (PT) anunciou na quinta-feira, 31 de agosto, sua pré-candidatura a prefeito de Cuiabá. Ele ainda disputará as prévias do partido contra a ex-deputada federal Rosa Neide, que também tem interesse em se candidatar. A decisão do candidato do PT deve ser tomada até outubro, para atender à determinação do diretório nacional do partido.

A última vez em que Lúdio foi candidato a prefeito em Cuiabá foi em 2012. Na ocasião, ele chegou ao segundo turno e perdeu para Mauro Mendes (União), que hoje é governador de Mato Grosso. Mauro conquistou 169.688 votos (54,65%), contra 140.798 (45,35%) votos do petista.

Cuiabá é estratégica para o PT, não ape-

nas por se tratar de uma capital, mas por representar uma chance de fortalecer sua presença em um estado com forte apego bolsonarista.

"A gente inicia esse caminho a partir de agora. No PT, além do meu nome, há o nome da professora Rosa Neide, também foi colocado como candidata. O nosso entendimento é que daqui até outubro, quando nós teremos que levar a posição do PT para a direção nacional, nós vamos buscar estabelecer uma posição de unidade", explicou Lúdio, em coletiva de imprensa.

Até outubro, Lúdio e Rosa Neide devem articular junto aos membros dos diretórios estadual e municipal do PT para definir quem será o candidato da sigla. O deputado acredita que a definição sobre a candidatura será feita em consenso.



Lúdio revela que ainda irá conversar com Rosa Neide para construir uma candidatura de consenso no PT

"Até outubro nós deveremos levar ao PT nacional um nome, ou o meu, ou o da Rosa. Daqui até lá, no PT aqui em Cuiabá e no estado nós vamos buscar

construir uma posição de consenso. E eu tenho tranquilidade de que alcançaremos essa posição de consenso aqui em Cuiabá", pontuou.

Após a definição do partido, o PT vai precisar convencer os outros integrantes da federação Brasil da Esperança, o PV e o PCdoB. O PV já tem um nome para apresen-

tar para o debate, seu presidente estadual, o vice-prefeito de Cuiabá, José Roberto Stopa.

Antecipando críticas dos aliados da Federação Brasil da Esperança (PT-PV-PCdoB), Lúdio explicou que a direção nacional do partido planeja indicar primeiro todas as suas pré-candidaturas para depois negociar com os demais partidos.

"O PT nacional quer até outubro já definir o quadro nas capitais. O diálogo com a federação vai acontecer nacionalmente, por um grupo de trabalho eleitoral já instituído no PT, são nove membros e eu conversei com quase todos na viagem que fiz a Brasília. Quando o PT fechar o seu mapa no país todo, ele vai abrir diálogo com os partidos da federação para estar construindo um mapa comum em todo o país", concluiu.

## ORÇAMENTO

## AL aprova LDO 2024, mas rejeita RGA retroativa

Gabriel Soares

A Assembleia Legislativa aprovou na quarta-feira, 30 de agosto, em segunda votação, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, que é a base para a elaboração do Orçamento do Estado para o próximo ano. Durante a discussão da matéria, os parlamentares decidiram derrubar uma emenda do deputado Paulo Araújo (PP), que tentava obrigar o governo a pagar os valores da Revisão Geral Anual (RGA) dos anos de 2018 a 2020.

Também foi derrubada uma emenda do mesmo deputado, que buscava garantir espaço no orçamento para aumentar os salários dos servidores do Legislativo acima da RGA, ou seja, aumento real.

Após os parlamentares derrubarem a emen-

da da RGA proposta por Araújo, por 10 votos contra 8, o presidente da Assembleia, Eduardo Botelho (União), afirmou que irá trabalhar em um projeto de lei para fazer com que o governo reconheça a dívida que tem com os servidores e pague as revisões atrasadas.

"Tem que reconhecer que deve e tem que pagar. Foi dito naquela época que iria ser pago, mesmo que de forma parcelada, e agora todo mundo está fazendo cara de paisagem, como se não devesse nada. Não dá. Os servidores do TCE, MP e do Judiciário receberam, menos os do Executivo", disse Botelho.

A RGA desses três anos não foi concedida por dois problemas. No caso do ano de 2018, o pagamento foi suspenso por um acórdão do Tribunal de Contas

do Estado (TCE), pois o Poder Executivo estava sem capacidade financeira para pagamento, 'operando no vermelho'. Já nos anos seguintes, o pagamento da RGA foi impedido por força da lei federal nº 173/2020, que proibiu qualquer reajuste salarial durante o período de emergência da pandemia de covid-19.

A lei foi elaborada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para encaminhar recursos extraordinários para os Estados enfrentarem a pandemia. A proibição de reajuste salarial foi uma das contrapartidas do socorro emergencial.

**VALORIZAÇÃO NA SEMA** - Os deputados aprovaram uma emenda da deputada estadual Sheila Klener (PSDB) que obriga o governo do Estado a realizar concurso público para a Secretaria de Estado de

Meio Ambiente (Sema). Outra proposta da deputada, também aprovada, prevê a recomposição salarial da carreira de analista ambiental.

**NÚMEROS DA LDO** - O texto encaminhado pelo governo prevê uma receita corrente líquida de R\$ 29,042 bilhões, o que representa um aumento nominal de 9,65% em relação ao orçamento de 2023. A proposta traz ainda uma estimativa de renúncia de R\$ 11,8 bilhões em receitas no próximo ano.

Na mensagem que acompanha o texto, o governo anuncia uma RGA de 5,86% para os servidores públicos estaduais, valor que está atrelado ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação oficial do país. A previsão é de que a RGA seja paga em janeiro de 2024.



Botelho afirmou que apresentará projeto para fazer com que o governo reconheça a dívida que tem com os servidores

## CRISE FISCAL

Segundo estudo da CNM, a cada R\$ 100 arrecadados nos municípios, R\$ 92 foram destinados ao pagamento de pessoal e custeio da máquina

## 56% das cidades estão 'no vermelho'

Gabriel Soares

Mais de metade dos municípios mato-grossenses fechou o primeiro semestre com as contas no vermelho. É o que aponta um estudo realizado pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), que emitiu um alerta nacional para a crise fiscal vivida pelas prefeituras de todo o país, pois a situação vivida em Mato Grosso se repete em nível nacional, devido ao elevado nível de comprometimento das receitas.

Conforme o estudo, 60 dos 108 municípios mato-grossenses que enviaram dados para a CNM apresentaram déficit nas contas, o que representa 56% do total. Para efeito de comparação, apenas 7 municípios estavam nessa condição no mesmo período de 2022. O comprometimento das receitas chega a 92%. Ou seja, a cada R\$ 100 arrecadados nos pequenos municípios, R\$ 92 foram destinados ao pagamento de pessoal e custeio da máquina pública.

Em nível nacional, o estudo aponta que 51% das prefeituras brasilei-

ras estão operando no vermelho. O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, culpa o Congresso pela crise, devido à criação de despesas obrigatórias, como os pisos de diversas categorias, sem a previsão de receitas para garantir o pagamento.

"Estamos em diálogo com as autoridades em Brasília e já alertamos. Muitos não veem o que está acontecendo na ponta, mas o problema é grave. Isso é também resultado de despesas criadas no Congresso e pelo governo federal sem previsão de receitas, como os pisos nacionais, caindo toda a demanda no colo dos Municípios", avalia.

Entre as despesas que oneram os cofres das prefeituras de Mato Grosso estão, por exemplo, recomposições salariais de servidores municipais, o impacto do reajuste do piso do magistério, que, se concedido como foi imposto pela União, soma R\$ 259,1 milhões, e o atraso no pagamento de emendas parlamentares.

Conforme a entidade, houve uma redução de quase 62% nas emendas de custeio entre o



Diante do cenário de crise fiscal, CNM pressiona Congresso pela aprovação de pautas que ajudem a melhorar as contas

primeiro semestre de 2022 e o mesmo período de 2023, passando de R\$ 236 milhões para R\$ 90,5 milhões.

Enquanto as despesas de custeio tiveram aumento de 19,4%, os repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) apresentaram redução em relação a 2022. No primeiro decêndio de julho, por exemplo, houve uma queda brusca de 34,49% no repasse. Em agosto, a queda

foi de 23,56%, explicada pela redução na arrecadação de Imposto de Renda e pelo lote maior de restituição por parte da Receita Federal.

Além disso, os gestores de Mato Grosso enfrentam o represamento de 14,6 milhões de procedimentos ambulatoriais e 57,2 mil procedimentos hospitalares durante a pandemia, sendo necessários R\$ 172,3 milhões para equacionar a demanda. A entidade apon-

ta ainda que 200 programas federais apresentam defasagens nos repasses, que chega a 100% em alguns casos.

"O cenário é crítico e deve se agravar com decisões recentes, como o novo critério de atualização do salário mínimo e a decisão do Supremo Tribunal Federal que torna obrigatória a oferta de vagas em creches, com impacto de mais de R\$ 100 bilhões aos Municípios. Vemos

ainda a possibilidade de inclusão dos gastos com pessoal das Organizações Sociais nos limites de gasto de pessoal, que causará extrapolção do estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, com rejeição de contas, multas e inelegibilidade de prefeitos", alertou Ziulkoski, em um manifesto pela aprovação de pautas de enfrentamento à crise fiscal.

**PROPOSTAS** - Para reverter a sobrecarga sobre as prefeituras, a CNM cobra a aprovação de medidas que possam distribuir de forma mais efetiva as receitas do país. Uma delas é o aumento de 1,5% no FPM de março, que tramita na PEC 25/2022, e, se aprovada, representará um repasse de R\$ 209,5 milhões. Há ainda a redução da alíquota patronal do INSS para 8% em Municípios de até 156 mil habitantes (PL 334/2023), a recomposição do ICMS (PLP 94/2023), com R\$ 265,4 milhões aos cofres municipais, e o fim do voto de qualidade do Carf (PL 2384/2023), com potencial de injetar R\$ 727,9 milhões no FPM.

\*Com assessoria

## PISO DA ENFERMAGEM

## Por erro em dados, Cuiabá só receberá repasse no fim do mês

Da redação

Cuiabá ficou de fora do repasse do Governo Federal para o piso de Enfermagem devido a um erro no envio das informações para o sistema do Ministério da Saúde (MS). A Capital, cuja Saúde está sob a responsabilidade do Gabinete de Intervenção, tem até o dia 10 de setembro para ajustar as informações dos profissionais da categoria no InvestSus para garantir o repasse, que só será feito no último dia útil de setembro. As informações

foram enviadas ao jornal Estadão Mato Grosso pelo Ministério da Saúde.

A Portaria GM/MS 1.135/2023, de 16 de agosto, estabeleceu critérios para fazer a distribuição dos repasses. Uma das principais regras é a atualização dos dados de todos os servidores da categoria no sistema, o que não aconteceu em Cuiabá.

"A portaria fixou prazo até 10 de setembro para que Estados e Municípios realizem eventuais ajustes no InvestSus dos dados dos profissionais de enfer-

magem vinculados à própria administração pública ou às entidades privadas sob sua gestão, incluindo a separação das parcelas remuneratórias fixas, gerais e permanentes em relação às demais. No caso de Cuiabá, foi detectado erro na transmissão de informações enviadas pelo Município", diz trecho de nota.

O Gabinete de Intervenção foi procurado pelo jornal na última quarta-feira, 23, mas não informou o motivo de a cidade ter ficado de fora do primeiro repas-

se. O Gabinete disse que está resolvendo o assunto junto ao MS.

Em nota enviada ao jornal, o MS informou que irá transferir os valores retroativos até o último dia útil de setembro, dia 29, aos municípios que atualizarem os dados no sistema.

**ÚNICA CAPITAL** - Cuiabá é a única capital brasileira a ficar de fora do repasse do Governo Federal para complementar os salários dos profissionais da enfermagem. O motivo é desconhecido, mas pode ser pela falta de atualização

no sistema do Ministério da Saúde, o InvestSUS. O recurso foi liberado pelo Ministério da Saúde para garantir o cumprimento do piso nacional por todos os Municípios, Estados e Distrito Federal.

Todas as capitais buscaram pelo repasse do recurso do Governo

Federal que contempla os profissionais da enfermagem, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras da rede de saúde pública estaduais e distrito, municipais e da União. Os valores repassados para Mato Grosso e os municípios é de R\$ 22,3 milhões.

## As cinco capitais brasileiras que mais receberam os repasses foram:

1º - São Paulo com.....	R\$ 40,6 milhões
2º - Belo Horizonte com.....	R\$ 40,5 milhões
3º - Fortaleza com .....	R\$ 33,9 milhões
4º - Rio de Janeiro com.....	R\$ 14,7 milhões
5º - Campo Grande com .....	R\$ 11,8 milhões

## "BENESSE INDEVIDA"

## MP entra com ação para acabar com prisão especial de ex-PMs

Gabriel Soares

O procurador-geral de Justiça de Mato Grosso, Deosdete Cruz Junior, ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), com pedido liminar, para suspender os efeitos de parte da Portaria 066/2021, da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp-MT). Ele questiona a extensão do direito de os ex-servidores do Sistema de Segurança que cometeram crimes ficarem presos em "unidades prisionais não-convencionais".

A ação foi protocolada na noite de terça-feira (29) e foi distribuída ao desembargador Rui Ramos Ribeiro. Na ADI, o procurador-geral destaca que a portaria introduz uma situação não regulamentada pela legislação, estendendo benefícios de densidade, abstração e generalidade não contemplados em lei.

"O referido ato normativo infralegal, a pretexto de regulamentar a Cadeia Pública de Chapada dos Guimarães

como Unidade Penal destinada ao recolhimento de presos que sejam servidores ativos ou aposentados dos Órgãos de Segurança e da Justiça, extrapola o limite regulamentar passível de disposição infralegal no que tange às pessoas que podem ser lá recolhidas, tanto sob a concepção material da matéria como sob a concepção formal", destacou o PGJ.

De acordo com Deosdete, a portaria ultrapassa o escopo regulamentar previsto, ampliando indevidamente o direito disposto no artigo 295 do Código de Processo Penal, que trata do recolhimento em quartel ou prisão especial. Para o procurador-geral, essa extensão fere os princípios da legalidade e isonomia constitucionais, bem como diversos artigos da Constituição do Estado de Mato Grosso.

O procurador-geral destaca que a norma impugnada "extrapola a competência da Secretaria de Estado de Segurança Pública, invadindo o poder de iniciativa de lei reservado ao chefe do

Poder Executivo. Ele argumenta que a prerrogativa de tratamento diferenciado na detenção não se mantém quando a pessoa perde a condição que lhe conferia tal direito.

Deosdete ainda rechaçou os argumentos de que a presença de ex-policiais em presídios comuns poderia causar uma onda de violência ou retaliação por parte dos faccionados.

"Cabe à administração penitenciária assegurar a integridade física e moral de todos os presos, de modo que podem ser adotadas medidas para alojamentos distintos quando há possibilidade concreta de represálias por parte dos outros detentos, no entanto, essa medida deve ser identificada pelo Estado em cenário concreto, não sendo admissível que haja presunção de risco pelo fato de determinada pessoa impugnapada extrapolar a competência da Secretaria de Estado de Segurança Pública", argumentou.

Diante disso, o procurador-geral pede a



Procurador-geral de Justiça sustenta que portaria da Sesp é inconstitucional ao ampliar prisão especial

suspensão imediata dos efeitos da parte da portaria e a declaração de inconstitucionalidade. Ele ainda pede que a sentença seja modulada para que ex-agentes públicos que já tenham saído do serviço de segurança e cometido crimes sejam transferidos para unidades conven-

cionais, em dependências isoladas, no prazo de um ano, visando preservar a integridade de todos os detentos.

A ação é uma resposta à decisão do juiz Geraldo Fidélis, corregedor prisional de Mato Grosso, que determinou a transferência do ex-policia Almir Monteiro dos Reis para a Cadeia Pública de

Chapada dos Guimarães, onde ficam detidos policiais que cometeram crimes. Almir está preso preventivamente, após ser detido em flagrante pelo estupro e homicídio quadruplicamente qualificado da advogada Cristiane Castrillon. Ele já foi indiciado pela Polícia Civil e aguarda julgamento.

Gilberto Leite

**DUPLICAÇÃO DA BR-163**

Retomada da duplicação da BR-163 teve início em julho deste ano e devem resultar em investimento de R\$ 7,5 bilhões em até 8 anos

# Obras vão gerar 1,2 mil empregos

Mayke Toscano/Secom-MT

**Da redação**

As frentes de serviço de duplicação da BR-163 em Mato Grosso, manutenção da rodovia e construção das obras de arte (viadutos, diamantes, pontes etc.) vão abrir pelo menos 1,2 mil novas vagas de emprego em Mato Grosso até o próximo ano. A estimativa é da Concessionária Nova Rota do Oeste, responsável pelo contrato de concessão de 850,9 quilômetros da rodovia federal, que atualmente conta com quase 2 mil postos de trabalho diretos e indiretos ao longo de todo o segmento, que vai de Itiquira a Sinop.

A retomada da duplicação da BR-163 teve início em julho deste ano, após o Governo do Estado, por meio da MT Par, assumir o contrato de concessão. Em menos de quatro meses, seis ordens de serviço de engenharia civil foram assinadas e as obras estão em andamento, sendo cinco voltadas à manutenção da rodovia, de

Cuiabá a Sinop, somando o investimento de R\$ 202 milhões; e uma referente à duplicação de 86 quilômetros da BR-163, de Diamantino a Nova Mutum, no valor de R\$ 618 milhões.

Segundo a Nova Rota do Oeste, além da geração de emprego, as obras vão aquecer outros setores da economia diante do investimento previsto de R\$ 7,5 bilhões em um período máximo de 8 anos, quando devem ser entregues à população 450 quilômetros de pista duplicada, 34 obras de arte especiais (pontes, trevos e viadutos), sete passarelas, recuperação permanente da via, entre outros elementos. Caso ocorra a antecipação do cronograma de obras, o mercado poderá contar com 2,5 mil novas vagas para contratação.

O economista Vivaldo Lopes avalia que a retomada dos investimentos e avanço das obras da BR-163 confirmam a necessidade de a infraestrutura rodoviária de Mato Grosso ser moder-



Atualmente, concessionária conta com quase 2 mil postos de trabalho diretos e indiretos ao longo da BR-163

nizada para dar suporte ao acelerado crescimento de economia do Estado. Frisa ainda que, além da melhoria da infraestrutura física, a retomada das obras no trecho sob concessão promove o aumento do emprego, da renda e do consumo ao longo da rodovia.

**QUADRO ATUAL** - A Nova Rota do Oeste conta com um quadro de funcionários formado por cerca de mil pessoas que trabalham ao longo dos 850,9 quilômetros sob concessão da BR-163, de Itiquira a Sinop, nos mais variados cargos

nos setores administrativos e operacionais, sempre desenvolvendo atividades que impactam positivamente na vida de quem percorre a rodovia.

Além destes, a concessionária conta ainda com mão de obra subcontratada para efeti-

vação de alguns serviços, como atendimento médico e a execução de obras.

Para conferir as vagas ofertadas pela Nova Rota do Oeste e participar dos processos seletivos, acesse a plataforma de emprego da Concessionária.

**VENTO EM POPA**

## Mato Grosso lidera geração de empregos no Centro-Oeste

Gabriel Soares\*

Mato Grosso se destaca na região Centro-Oeste como líder na geração de empregos formais no mês de julho de 2023. De acordo com os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o estado registrou um saldo positivo de 6,2 mil empregos formais, resultado de 52,8 mil admissões e 46,6 mil rescisões no período.

No contexto regional, Mato Grosso responde por pouco mais de um terço do saldo de empregos com carteira assinada em toda a região Centro-Oeste, onde foram criadas um total de 18,3 mil vagas em julho. Desde o início do ano, o estado acumula um saldo de 46,4 mil empregos formais, registrando a maior variação relativa, com um crescimento de 5,57% na região.

O desempenho positivo de Mato Grosso em julho refletiu-se em todos os cinco grandes grupos econômicos avaliados. A Agropecuária se destacou, com um saldo de 1.991 vagas geradas no mês, elevando o número total de empregos formais no setor para 155 mil no estado. Em seguida, vieram a Indústria, com um saldo de 1.578 vagas, Serviços (1.190), Construção (921) e Comércio (534).

O salário médio real de admissão em julho foi de R\$ 2.032,56, representando um aumento de R\$ 19,33 em comparação com o valor registrado em junho, que foi de R\$ 2.013,23.

Os três municípios que lideraram a geração de empregos formais em Mato Grosso foram Sapezal, com um saldo positivo de 747 vagas, seguido por Campo Novo do Parecis, com 711, e a capital, Cuiabá, com 659.

**PANORAMA NACIONAL** - No cenário nacional, o Brasil registrou um saldo positivo de 142,7 mil postos de trabalho formais em julho. Esse resultado foi impulsionado principalmente pelos setores de Serviços, com a criação de 56,3 mil postos, e Comércio, com 26.744. No acumulado do ano, o país contabiliza 1,16 milhão de empregos formais, com saldo positivo em todos os grupos econômicos e na maioria das unidades federativas.

O país atingiu um marco histórico, com um total de 43,6 milhões de empregos formais em julho, o maior número já registrado na série histórica, que abrange o período do Caged (junho de 2002 a 2019) e do Novo Caged (a partir de 2020).

Todas as regiões do Brasil apresentaram saldo positivo na geração de empregos formais em julho. O Sudeste liderou, com quase metade do total de postos gerados, somando 70,2 mil. O Nordeste gerou 32 mil novos postos, com destaque para o Ceará, que registrou 6.490. O Centro-Oeste, impulsionado por Mato Grosso, criou 18,3 mil empregos formais. A Região Norte teve um saldo de 14,7 mil, com o Pará liderando, com 6.938. Por fim, a Região Sul contabilizou 7,2 mil novos postos, com a

maioria deles no Paraná, com 7.184.

**SETORES IMPULSIONADORES** - Todos os grupamentos de atividades econômicas registraram saldos positivos em julho. O setor de Serviços liderou, com um saldo de 56.303 postos formais, destacando-se nas áreas de Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, com 27.218 postos, seguido por Alojamento e alimentação, com 9.432, e Transporte, armazenagem e correio, com 8.904.

No Comércio, o varejo de produtos farmacêuticos (+3.554) e mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios, como supermercados (+2.419) e minimercados (+1.704), tiveram um desempenho positivo. A Construção Civil apresentou um saldo positivo de 25.423 postos, e a Indústria registrou 21.254 postos formais no mês.

O crescimento dos empregos formais em julho beneficiou diversos grupos populacionais. As mulheres registraram um aumento de 43.947 postos de trabalho, enquanto os homens tiveram um crescimento de 98.755 vagas. A População com Deficiência também obteve um saldo positivo de 452 postos de trabalho. O emprego no mês de julho foi positivo para diferentes grupos étnicos, incluindo pardos (+75.918), brancos (+15.919), pretos (+13.035), amarelos (+720) e indígenas (+311).

\*Com assessoria



Mato Grosso registrou um saldo positivo de 6,2 mil empregos formais em julho, um terço do total do Centro-Oeste

**CASA DOS VIDROS**  
www.casadosvidrosmt.com.br

Estamos no mercado desde 1991 atuando no ramo vidreiro. Nossa maior prioridade é a satisfação de nossos clientes, buscando cada vez mais a excelência em nossos produtos e qualificando nossos profissionais.

Esquadrias de ALUMINÍO

Vidraçaria & Serralheria

**LINHAS:**

- ⊗ Suprema
- ⊗ Gold
- ⊗ 30 Infinite
- ⊗ 42 Reforçada

**CORES:**

- ⊗ Bronze
- ⊗ Branca
- ⊗ Prata Fosca
- ⊗ Amadeirado
- ⊗ Preto

SERRALHERIA COMPLETA

Máquinas de última geração

Todos os nossos produtos são fabricados com equipamentos de última geração e com o mais alta tecnologia. A utilização de matéria prima da melhor qualidade garante a durabilidade dos nossos produtos.

NOSSOS PRODUTOS

- ⊗ Envidraçamento de Sacadas
- ⊗ Coberturas de Vidro
- ⊗ Box para Banheiro
- ⊗ Guarda-Corpo de Vidro
- ⊗ Espelhos
- ⊗ Esquadrias de Alumínio
- ⊗ E muito mais...

Fale Conosco  
**(65) 3642-3344**  
Ligue agora!

Av. Gonçalo Antunes de Barros, 285  
Bosque da Saúde, Cuiabá - MT, 78050-175  
www.casadosvidrosmt.com.br

Gilberto Leite

# É trabalho sem parar. De quem ama Cuiabá.

A prefeitura da humanização está mexendo o doce em todas as áreas e em toda Cuiabá.



## A maior obra estruturante saiu do papel.



Conclusão da duplicação da Av. dos Trabalhadores, uma obra destravada nessa gestão;



Avanço da maior obra estruturante da história de Cuiabá, a Av. Contorno Leste. A primeira etapa já foi concluída.

## Demos aula de responsabilidade com a Educação.



Construção de novos CEICs, verdadeiras creches em tempo integral;



Reforma e construção de novas escolas;



Criação do uniforme e kit escolar, um modelo que serviu de exemplo para todo o Estado;

Valorização dos servidores com capacitação, RGA integral com ganho real, sem perda de salário.